

## CADEIAS ANAFÓRICAS. QUE REFERÊNCIA?\*

Uma das questões clássicas de semântica linguística diz respeito à forma como as línguas naturais processam a referência, e à própria noção de referência. São de facto múltiplos os tratamentos de que este assunto tem sido objecto desde Stuart Mill<sup>1</sup> e Frege<sup>2</sup>. Em ligação directa com o conceito de referência e levantando até a hipótese de um mecanismo geral e comum, estão as descrições definidas, os nomes próprios, está a quantificação e estão ainda os demonstrativos. Os pontos de vista diversificam-se sobretudo quando se encara a diversidade do carácter das ocorrências dos chamados artigos, nas formas singular e plural, as leituras variadas que eles suscitam de acordo com a sua distribuição relativamente a nomes contáveis ou não-contáveis, o seu carácter de genéricos ou não (e em que sentido), o exercício de uma função referencial ou então atributiva<sup>3</sup> e ainda (entre outros) os contrastes que permitem distinguir entre a designação de indivíduos, de espécies naturais (*natural Kinds*), de fases ou aspectos distintos de um mesmo indivíduo (*stages*), de matérias (*materiais*) ou outras entidades massivas, de abstractos (de vários tipos lógicos), de colectivos, etc.

Não analisaremos aqui a especificidade de cada variante morfológica, sintáctica ou semântica de artigo, na acepção tradicional-

---

\* Este texto é, em grande parte, a comunicação que apresentei ao Colóquio «Teoria do Texto», realizado em Évora, em Março de 1985.

Esta investigação foi subsidiada pelo Projecto P 97/85 da Universidade do Porto.

<sup>1</sup> MILL, S. — *A System of Logic*, Londres, Longman, 1949 (1.<sup>a</sup> edição: 1724).

<sup>2</sup> FREGE, G. — *Über Sinn und Bedeutung*, 1982; trad. francesa: *Écrits Logiques et Philosophiques*, Paris, Ed. Seuil, 1971, pp. 102-126.

<sup>3</sup> Cf. DONNELLAN, K. — *Reference and Definite Descriptions in «Philosophical Review»*, LXXXV, pp. 281-304.

mente estrita, e mais recentemente por vezes bastante lata<sup>4</sup>, de artigo, nem mesmo formas de referência atrás mencionadas. As facetas aqui focadas terão exclusivamente que ver com a possibilidade de construção de cadeias anafóricas do tipo «um [...]. O [...]» ou «um [...]. Este [...]». No entanto, a capacidade linguística de realizar estas cadeias levanta problemas ao tratamento de tais determinantes, e daí que o interesse desta questão seja, não apenas estritamente semântico mas também textual.

Observemos, para começar, a seguinte frase:

(1) — Comprei um jornal na tabacaria. O jornal está na mesa,

em que se verifica a passagem, em anáfora fiel, de *um* para *o*. *Um*, neste caso, representa em certa medida um quantificador lógico existencial, e tem provavelmente uma marcha de unicidade, pelo menos em relação ao âmbito situacional que é activado e à comunicação iniciada: a informação dada refere-se a certo jornal retirado de certo conjunto de jornais à venda. Como é então possível passar para o definido?

R. Martin<sup>5</sup> sugeriria talvez que tal «um» é específico para o locutor, uma vez que este sabe qual o jornal que comprou e está portanto em condições de explicitar qualquer predicado que possibilite a sua identificação. Mas já não é possível invocar a capacidade de identificação pelo locutor quando se trata de um texto dialogai como:

(2) — Comprei um jornal.  
— Onde está o jornal?

em que definitização também ocorre, mas feita por alguém que não está em condições de identificar o jornal, podendo até admitir-se que tenha dúvidas acerca da existência de um jornal comprado nas condições supostas de diálogo. O *o*, neste caso, para além de uma pressuposição de existência de que o primeiro interlocutor é o garante, mantém a interlocução sobre uma pressuposição de unidade definida, no sentido de que assinala o referente pela propriedade

---

<sup>4</sup> Cf. STOCKWELL, R.; SCHACHTER, P.; PARTEE, B. — *The Major Syntactic Structures of English*, Nova Iorque, Holt, Rinehart and Wiston, 1973.

<sup>5</sup> Cf. MARTIN, R. — *Pour une Logique du Sens*, Paris, P.U.F., 1983, pp. 150-183.

de ter sido mencionado como comprado em dada tabacaria. Esta definitização é uma proposta de referência com referente re-identificável por cadeia anafórica no discurso dialogal encetado. É neste sentido que Karttunen<sup>6</sup> introduz a fórmula de «discourse referent».

O artigo definido assinala que, em certo sentido, está a ser feita uma referência identificante, e o que nos importa aqui é saber como isso se processa, tendo em vista a alternativa constituída pela definitização por meio de demonstrativos. Do ponto de vista linguístico textual não é satisfatória a teoria das descrições definidas de B. Russell<sup>7</sup>, segundo a qual um SN referencial iniciado por artigo definido no singular exprime uma conjunção proposicional que assegura que uma, e só uma, entidade nomeada pelo nome comum correspondente satisfaz a uma dada propriedade, em contraste com as descrições indefinidas, que afirmam a existência, não necessariamente única, de um membro de dada classe a que determinada propriedade convém. Os semanticistas esquecem frequentemente o paralelismo de SN com o artigo definido, quer no singular, quer no plural, apesar da advertência a este respeito formulada por M. Bierwisch<sup>8</sup>. Além disso, em situação de discurso, os artigos definidos só assinalam a unicidade de determinado conjunto nominalmente expresso (singular ou plural) dentro da mesma cadeia anafórica.

As cadeias anafóricas que aqui nos interessam só se estabelecem em determinadas condições, nomeadamente quando se trata de, pelo menos, duas frases sucessivas emitidas num mesmo acto de enunciação, afectado portanto pelos mesmos índices de tempo, lugar, etc, (1), ou de duas enunciações em que o locutor difere mas os outros índices pertinentes coincidem, (2), devendo sublinhar-se que uma cadeia anafórica é uma sequência de termos de tal forma relacionados que, se o primeiro termo refere algo, todos os outros referem o mesmo<sup>9</sup>, isto sem exclusão de complicadas relações que remetem para diferentes tipos de abstracção, a que nos referiremos, embora excluindo, entre outros casos, os dos *pronouns of laziness* («Aquele que confia a

---

<sup>6</sup> KARTTUNEN, L. — *Discourse Referents* in «International Conference on Computational Linguistics», Oslo, 1969.

<sup>7</sup> RUSSELL, B. — *On Denoting*, in «Mind» 14, 1905, pp. 479-493.

<sup>8</sup> BIERWISCH, M. — *On Classifying Semantic Features* in BIERWISCH, M.; HEIDOLF, K. E. (org.) *Progress in Linguistics*, Haia, Mouton, 1970, pp. 27-50.

<sup>9</sup> CHASTAIN, C. — *Reference and Context* in GUNDERSON, K. (org.) *Language, Mind and Knowledge*, Minneapolis, Univ. Minnesota Press, 1975.

carteira à amante é mais imprudente do que o que *a* confia à mulher» Geach, 1962).

Pode talvez supor-se que aquilo a que Donellan<sup>10</sup> chama «speaker reference» seja elucidativo de algumas ocorrências, no sentido de permitir apreender a referência através do que o falante tem em mente e que para ele se reveste da evidência psíquica individualizadora de um «vivid name»<sup>11</sup>; mas, num acto de referência consumado, isso implica uma «condição griceana»<sup>12</sup> o alocutário apreende o referente na medida em que apreende a intenção, por parte do locutor, de lhe indicar esse mesmo referente. Neste caso, a diferença essencial entre «um» e «o» não reside no facto de «um» funcionar caracteristicamente como elemento introdutor<sup>13</sup>, pois o «o» também pode funcionar assim em certos casos. Embora se possa dizer que é toda a frase onde figura o artigo indefinido que constitui a introdução da entidade considerada, em muitos casos não podemos garantir que o locutor tenha a intenção de que a descrição e os conhecimentos previamente correlatos singularizem uma entidade de modo a possibilitar a sua identificação. Uma frase introdutória fornece, basicamente, uma simples nomeação, e a diferença entre «um» e «o» consiste, aí, em o locutor supor que o interlocutor não está, ou está, em condições de apreender a referência independentemente de poder reidentificar a entidade nomeada, como por exemplo em:

(3) — Vai-me buscar o embrulho que deixei no carro (Kleiber)<sup>14</sup>.

Nesta medida, as descrições definidas podem servir como antecedentes a uma cadeia anafórica, se não em todos os contextos referenciais, pelo menos em contextos atributivos.

---

<sup>10</sup> Cf. DONNELLAN, K. — *Speaker Reference, Descriptions and Anaphora* in COLE, P. (org.) *Syntax and Semantics*, 9, Londres, Academic Press, 1978, pp. 47-68.

<sup>11</sup> KAPLAN, D. — *Quantifying in* in DAVIDSON, D.; HINTIKKA, H. (org.) *Words and Objections*, Dordrecht, D. Reidel, 1969, pp. 178-214.

<sup>12</sup> SCHWARZ, D. — *Naming and Referring*, Berlim, de Gruyter, 1979.  
<sup>13</sup> WEINRICH, H. — *The Textual Fuction of French Article*, in CHATMAN (org.) — *Literary Style*, Londres, 1971, pp. 221-240.

<sup>14</sup> KLEIBER, G. — *Problèmes de Reference: Descriptions Définies et Noms Propres*, Paris, Klincksieck, Paris, 1981.

Nos casos das frases (1) e (2) não parece fundamentalmente importante a referência identificadora do locutor (*speaker referencé*), pois em certos contextos «o» forma, a seguir a um SN com «um», uma cadeia anafórica sem que a identificação seja cabal: pode não importar que o locutor ou o interlocutor tenha identificado, ou possa vir a identificar, o referente, para outro efeito que não seja o do «language game» dialogai em curso. Basta a menção no discurso (*discourse referencé*) para que o uso de «o» seja possível: a própria enunciação, inscrita num determinado enquadramento socialmente típico (*frame*), ou inerente à situação particular de comunicação, restringe os possíveis referentes no sentido de se considerar que há um único elemento adequado à comunicação em curso, quer se trate do artigo no singular ou no plural, conforme esteja em causa um conjunto de um só elemento ou vários, ou uma parte mereológica de uma entidade massiva.

Observemos a propósito o exemplo:

(4) — Quero dar-lhe um livro de presente, mas o livro ainda está por escolher.

Nem para o locutor é neste caso possível fazer referência identificadora ao livro («um livro» está sob o escopo de um predicado intensional, «quero») e, no entanto, o facto de mencionar um livro autoriza-o, logo a seguir, a definitizar a referência, na medida em que se considera haver, na frase onde comparece o SN indefinido, circunstâncias de avaliação referencial suficientes para abertura da cadeia anafórica com o artigo definido.

Outro tipo possível de cadeia anafórica, que acarreta problemas específicos de ordem semântica e pragmática, é constituído por frases como:

(5) — O João comprou um livro. Este livro é de matéria linguística;

(6) — Encontrei um amigo. Este amigo disse-me que [...];

(7) — Comi uma toranja. Este citrino é (era) ácido;

(8) — Deu-se um acidente na Avenida. Este acidente é o segundo desta semana;

em que a cadeia anafórica se estabelece entre «um» e «este». Vale a pena comparar com frases em que a retoma do SN de indefinido se faz por meio de SN com artigo definido:

FÁTIMA OLIVEIRA

(5')— O João comprou um livro. O livro é de matéria linguística;

(6') — Encontrei um amigo. O amigo disse-me que [...];

(7') — Comi uma toranja. O citrino é (era) ácido;

(8') — Deu-se um acidente na Avenida. O acidente é o segundo desta semana;

e ainda frases como:

(9) — O Zé ia sendo atropelado por um carro e confirmou que o carro ia a alta velocidade;

(9') — O Zé ia sendo atropelado por um carro e confirmou que este carro passa todos os dias a alta velocidade.

Algumas teorias sobre os demonstrativos tratam-nos como designadores rígidos<sup>15</sup>, como redutíveis ao sentido dos nomes do que está presente para o locutor<sup>16</sup> ou egocêntricos<sup>17</sup>. No entanto, o uso dos demonstrativos que aqui nos interessa é aquele em que eles se integram em cadeias anafóricas, um uso diferente do de puros demonstrativos. Contudo, o facto de esses demonstrativos apresentarem certa especificidade em relação ao artigo definido advém, possivelmente, do comércio que eles têm com os díticos puros. Se compararmos as frases (5), (6), (7), e (8) com (5'), (6'), (7') e (8'), respectivamente, verificamos que a comutação entre «este» e «o» acarreta alterações semânticas e/ou pragmáticas. (5')> embora possível, apresenta algo que lembra o afrouxamento da coesão textual da linguagem infantil, ao passo que a aceitabilidade de (5) está talvez ligada a um certo efeito de oposição entre o livro recém-mencionado e outros que poderia ter comprado; (6) e (7) parecem aceitáveis, enquanto (6') e (7') não, salvo quando (7') tem o verbo da segunda frase no pretérito perfeito, o que transforma a mais natural leitura genérica dessa segunda frase com verbo no presente numa leitura

---

<sup>15</sup> Cf. KRIPKE, S. — *Naming and Necessity*, in DAVIBSGN; HARMANN (org.)—*Semantics of Natural Languages*, D. Reidel, 1972, pp. 253-355; trad. francesa: *La Logique des Noms Propres*, Paris, Ed. Minuit, 1982, e em certa medida KAPLAN, D.—*Dthat* in COLE, P., (org.) — *Syntax and Semantics*, 9, pp. 221-244 e ainda KAPLAN, D.—*Demonstratives*, dactilografado, 1977, 99 p.

<sup>16</sup> RUSSELL, B., *ob. cit.*

<sup>17</sup> FREGE, G., *ob. cit.*

semelfactiva, que se torna coerente com a do pretérito perfeito da sua primeira frase.

(8') Tem uma aceitabilidade inferior à da sua contrapartida (8), mas essa aceitabilidade aumentaria na medida em que a referência ao desastre se circunstancializasse mais.

(8'') — Deu-se um acidente na Avenida, provocado por excesso de velocidade, e que me horrorizou. O acidente é o segundo desta semana.

Problemas semânticos análogos se levantam a propósito das seguintes frases, em que as cadeias anafóricas se referem a nomes massivos:

(10) — Bebi água do Luso. Esta água é muito leve;

(11) — Não como carne de porco. Esta carne faz-me mal;

(10') — Bebi água do Luso. A água é muito leve;

(II<sup>7</sup>) — Não como carne de porco. A carne faz-me mal.

É de notar a falta de co-referencialidade em (10') e (11') como a de (7') que se relaciona com o facto de a retomada do nome se poder fazer com um SN (simples em (7') e qualificado em (10') e (11)) que exprime um sobreconjunto em relação àquilo que corresponde a ocorrência correspondente na 2.<sup>a</sup> frase. O demonstrativo em (7), (10) e (11) especifica o hiperónimo, de modo a reduzir a sua extensão à do antecedente, tratando-se em (7) de designações discretas e em (10) e (11) de designações massivas. Ora como opera essa especificação? O demonstrativo parece operar de um modo referencialmente mais directo do que o artigo definido, pois tem como «repère» o contexto da enunciação embora não deixe de ser um operador semântico (isto é, uma *constante*, ou invariante, semântica) a determinar uma dada vizinhança num espaço topológico dado por evidência discursiva. Esta vizinhança, sendo mais básica do que a de inclusão de conjuntos calculados em intensão (deveria antes dizer-se do que o *cálculo de predicados*, mesmo unário), permite uma alternativa entre o cômputo meramente topológico designatório (o dos demonstrativos) e o cômputo predicativo inerente ao sistema nominal, com a cabeça de nome de cada SN mais ou menos rodeada de predicados adjetivais, incluindo orações relativas, sintagmas prepositivos, etc. que permitem determinar a referência. O artigo definido

(não-genérico) em cadeia anafórica é a conclusão de cálculo de predicados, quando o tipo do predicado verbal (especialmente se semelfactivo) e o grau de circunstancialização, ou qualificação, permitem a candidatura de um nome à sua exportação em cadeia anafórica. Daí que em (9') *este* seja mais aceitável do que *o*, pois se dá uma alteração do aspecto que em (9) não se verifica. O problema que estamos a abordar é em grande parte o dos parâmetros que permitem essa exportação catofórica «definida», em geral, e concretamente em português. Nos casos em que tal exportação não é possível (por falta de suficiente densidade referencial predicativa), então entra em funções o sistema operatório referencial mais básico dos demonstrativos. Acrescente-se, no entanto, que muitas vezes a própria situação imediata fornece as condições de avaliação e por isso se diz:

(12) — Atenção ao carro

e não:

(13) — Atenção a este carro.

Se apenas, na linha de Kaplan/Kleiber, se fala em referência *directa* marcada pelos demonstrativos em *oposição* à referência relativamente mais indirecta do artigo definido, é por, no caso dos artigos definidos, se tratar de uma definitização dada pelo conhecimento do mundo (unicidade de *a Lua*), pelo carácter sistémico de um *frame* de práxis social (*a bilheteira do teatro*), ou como no caso aqui exposto por um co-texto muito circunstancializado, nomeadamente um pré-texto (é caso do (8), sobretudo se se especificar mais (8''') «Houve um acidente horrível na Avenida da Boavista, devido a uma imprudência. O acidente é o segundo desta semana no mesmo local»), enquanto que para o demonstrativo a referência é feita a partir da própria enunciação. Isto significa que, em cadeia anafórica, a referência feita pelo artigo definido é avaliada em função dos circunstanciais considerados e apenas esses. Por isso, em certas cadeias, a anáfora se perde ou a presença do artigo definido obriga a saltos de abstracção aplicados ao mesmo nome. O demonstrativo, por seu turno, efectua um contrato referencial a partir do contexto de enunciação, sendo esse contrato renovado em função de novos actos de enunciação, independentemente da circunstancialização fornecida

### CADEIAS ANAFÔRICAS. QUE REFERÊNCIA ?

anteriormente. Nesta medida o operador semântico que enquadra a variabilidade referencial de cada demonstrativo evidencia-se pela necessidade de correlação dítica regular quando da passagem do discurso de um enunciador ao seu relato por outro enunciador (os contrastes paradigmáticos do tipo este/esse/aquele), em que o novo enunciador primário adapta as suas próprias coordenadas díticas às do discurso relatado.

Porém, como se trata de cadeia anafórica, o demonstrativo continua a usar-se mesmo quando o sujeito è da 3.<sup>a</sup> pessoa (e não da 1.<sup>a</sup>) e quando as coordenadas espaço-temporais e outras apresentam valores remotos relativamente à situação de enunciação:

(14) — Os Gregos bebiam pouco vinho. *Esta bebida* era mais cara e rara e mais ou menos ritual.

Em (14), a substituição de *esta* por *a* conduz a uma alteração do grau de abstracção e ao desfazer da cadeia anafórica, verificando-se o mesmo se fosse *o vinho*.

Ora, a co-referência definitizadora por artigo ou demonstrativo deve ser estudada tendo em vista não apenas as relações conjuntivas ou mereológicas (estas, em especial quanto aos massivos) entre os *denotata*, como as relações (estudadas por Carlson<sup>18</sup>), entre nomes que, no texto dizem respeito a fases (ou facetas) individuais, a indivíduos ou a espécies naturais. Vejamos os seguintes exemplos:

(15) — Fui arranhado por um gato. Os gatos são felinos.

(16) — » » » » O gato é um felino.

(17) — » » » » Este gato é um felino.

(18) — » » » » O gato fugiu logo.

(19) — Gosto de melão. Este fruto é aromático.

(20) — Comi ontem melão. O fruto era muito aromático.

Qualquer das seis sequências pode ler-se como texto coerente, mas essa coerência supõe relações semânticas diferentes, que se relacionam obviamente com as respectivas definitizações. Em (15) e (16), enquanto a 1.<sup>a</sup> frase se refere a um indivíduo (como o SN é indefinido, está excluída a leitura do acto de arranhar como tendo como agente

---

<sup>18</sup> Cf. CARLSON, G.—*A Unified Analysis of The English Bare Plurals* in «Linguistics and Philosophy», I, 1977, pp. 413-457.

um *stage*, ou fase, de dado animal), a 2.<sup>a</sup> frase diz respeito à espécie dos gatos, quer no plural quer no singular. (17) pelo contrário não permite uma passagem de indivíduo a espécie. Em (18) trata-se de um espécime da classe dos gatos que aparece como suficientemente individualizado para ser referido como entidade pública para efeito da comunicação em curso. O carácter semelfactivo de (18) facilita essa definitização por intermédio de artigo, embora o acréscimo de circunstancialização proporcionasse uma maior aceitabilidade. A aparente semelhança de (19) e (20) mascara um problema semântico. Em (19) «melão», com o artigo zero, tanto pode ser interpretado intensionalmente como a extensão universalmente quantificada. O demonstrativo subsequente do SN «este fruto» assinala, de qualquer modo, uma espécie de fruto cuja designação é definitizada, sendo porém discutível se o predicado «aromático» se refere à espécie ou (por postulado de sentido) a qualquer dos respectivos espécimes: a 1.<sup>a</sup> leitura é mais natural em coerência com o adjectivo, embora a cópula «é» aponte para uma leitura gnómica, sobretudo se atendermos ao carácter genérico que o verbo «ser» mantém em português em contraste com «estar». Em (20), *o* só permite cadeia anafórica se o verbo estiver no passado, pois, caso contrário, desfaz-se a cadeia. É curioso observar as variantes deste exemplo:

- (20') — Este fruto é muito aromático.  
 (20'') — » » era muito aromático,

na medida em que a anáfora se mantém, quer se trate ou não da passagem de indivíduo a espécie, apesar do hiperónimo.

O que estes exemplos parecem sugerir é que há qualquer coisa de irreduzível na intuição de que os demonstrativos trazem consigo uma força de deixis relativamente imediata, lançando um repto aos esquemas de lógica intensional aplicada à semântica linguística.

O que nos parece agora mais evidente é que o tipo de referência estabelecido pelos definidos e pelos demonstrativos é diferente, aproximando-se estes através de uma designação mais directa, dos nomes próprios sem que, no entanto, se possam confundir com eles, na medida em que, através do seu funcionamento, podemos observar que não é possível formalizar todo o sentido de uma frase em termos de índices de extensionalização.

Perante esta impossibilidade (ou limite), certos semanticistas propõem um tratamento não-intensional para os díticos como faz

Kaplan<sup>19</sup> para o demonstrativo inglês «that». Sob a forma convencional «dthat», Kaplan regista uma função desse demonstrativo que consistiria, não em assinalar uma posição vazia a ligar por dado valor de uma dada variável, mas consistiria em propiciar a percepção de algo de único, como o objecto a que aponta o nome próprio, ou seja, uma designação própria rígida, um objecto sempre idêntico através de todas as alternativas que se imaginem para a situação real de nomeação.

Dos exemplos aqui tratados, algumas conclusões nos parecem possíveis. Para o estudo da referência em cadeia anafórica é não só relevante a 1.<sup>a</sup> frase, pois ela pode fornecer ou não as circunstâncias que permitem avaliar o valor do determinante, mas também toda a 2.<sup>a</sup> frase<sup>20</sup>, em que o artigo ou o demonstrativo surgem. Importante é, também, ter em conta o aspecto.

Diríamos, assim, que a deixis mais ou menos imediata (ou imediatizada) e a nomeação própria não poderiam funcionar sem o apoio de conectores, operadores, itens lexicais, descrições, definições, e de outras regras, como precisamente aquelas que (melhor ou pior) estruturam os sistemas de operadores dísticos em termos de discursos que relatam e modulam outros discursos, de cadeias anafóricas, de conexões por concordância sintáctica entre o léxico e tais operadores (nomeadamente *este, esse, aquele*), de enquadramento de práxis social (*frames*), etc.

Como é evidente, muito fica por dizer, nomeadamente sobre a relação destes demonstrativos com a deixis veiculada por eles, a relevância do aspecto, o tipo de predicação, a relação tema/rema, as cadeias anafóricas com uma coordenação na primeira frase, etc. Pensamos, no entanto, que, de uma forma muito limitada, expusemos questões de algum interesse para o estudo dos mecanismos de processamento da referência linguística.

Fátima Oliveira

---

<sup>19</sup> KAPLAN, D., *ob. cit.*, 1978.

<sup>20</sup> KLEIBER, G.—*Adjectif Démonstratif et Article Défini en Anaphore Fideie*, comunicação apresentada ao Colóquio «Les Déterminants», Metz, 1984.